

# O que diz o líder da Renamo após encontro do Vaticano e com Andreotti

Serviço da IPS/AIM

O líder da Renamo, Afonso Dhlakama, voltou a negar terça-feira em Roma, capital italiana, que o seu movimento seja responsável pelas atrocidades que têm sido perpetradas em Moçambique contra populações civis, noticiou ontem a agência "Inter Press Service".

Exigindo garantias para a Renamo, como parte de qualquer acordo a sair das conversações em curso em Roma, Dhlakama, que falava a uma dezena de jornalistas, descreveu o tipo de sociedade que preconiza para Moçambique, uma vez acabada a guerra sangrenta que ceifou milhares de vidas e destruiu inúmeras infra-estruturas económicas e sociais, nos mais de dez anos que o conflito dura.

Dhlakama falou do que chamou de plena democracia, respeito pelos direitos humanos e desenvolvimento baseado na boa vontade e fé dos políticos. Ele disse que tais políticos, incluindo ele próprio, **se não cumprirem plenamente as suas promessas, serão afastados nas próximas eleições.**

O líder da Renamo defendeu não existirem diferenças substanciais entre ele e o Presidente moçambicano, Joaquim Chissano, quanto aos procedimentos a seguir na presente ronda negociada.

Segundo ele, ambas as partes desejam alcançar acordos sobre a lei eleitoral, exército nacional único e, finalmente, o cessar-fogo.

Adiantou que "se alcançarmos acordos sobre todos estes pontos, não vejo por que um cessar-fogo não poderá ser assinado nos próximos dias". Mas observadores têm dúvidas sobre a rapidez com que os acordos, principalmente o de cessar-fogo, possam ser alcançados tão cedo quanto ele advoga, tendo em conta que o processo tem estado a registar nos últimos tempos um impasse.

As conversações, ora suspensas devido à discordância da delegação moçambicana sobre alguns pontos das questões políticas apresentadas à última hora pela Renamo, estão a decorrer sob a mediação italiana e da Igreja Católica.

A origem da Renamo como uma força financiada pelo regime do "apartheid" e a sua implicação em atrocidades contra populações civis em Moçambique (quã-

nos países vizinhos, nomeadamente Zâmbia e Zimbábue) estão a provocar um embaraço diplomático à organização na Europa.

Na semana passada, o Primeiro-Ministro português, Dr. Aníbal Cavaco Silva, reuniu-se com Dhlakama, mas deixou claro que neste encontro vinha como líder de um partido político e não Primeiro-Ministro.

Mas apesar destes esforços para evitar conceder a Dhlakama um significado diplomático, depois do encontro esta semana com o Primeiro-Ministro italiano, Giulio Andreotti, e o Secretário das Relações Exteriores do Vaticano, Claudio Celli, o líder da Renamo declarou ter conseguido o reconhecimento oficial "como líder da oposição moçambicana", escreve a agência IPS.

Dhlakama sugeriu, segunda-feira, que Portugal e os Estados Unidos devam envolver-se nas negociações de Roma como observadores, tendo sublinhado, numa conferência de imprensa, que "o envolvimento de Portugal foi proposto pelo Presidente Chissano".

Recusou, no entanto, a inclusão de qualquer outro país no processo de paz porque "as negociações de paz se tornariam numa conferência internacional de paz".

A IPS diz que a Renamo foi criada, financiada e armada em 1975 pelo então regime da Rodésia do Sul, actual Zimbábue, com o objectivo de combater movimentos de libertação zimbabueanos baseados em Moçambique.

Com a derrota do regime de Ian Douglas Smith na Rodésia, a Renamo passou a ser apoiada pela África do Sul em armas e outros suprimentos, um relacionamento que Dhlakama não cusa desmentir, e afirma não ser mais necessário.

Dhlakama reconheceu, no entanto, a natureza indiscriminada dos seus alvos, dizendo que as táticas da Renamo são simples e bem sucedidas: a destruição sistemática de tudo, grandes e pequenos

alvos económicos e infra-estruturas, para tornar o país ingovernável, deixando-o sem capacidade de se desenvolver.

Agora um dos países mais pobres do Mundo, Moçambique salu da dominação colonial portuguesa com uma percentagem de analfabetismo de quase 100 por cento. Segundo a IPS, a guerra agravou os problemas do país, cuja força de trabalho à altura da independência tinha sido deixada deliberadamente sem formação suficiente para dirigir a economia do país.

No entanto, o líder da Renamo para esconder os problemas resultantes destas destruições todas, alega que "as políticas económicas marxistas da Frelimo — e não a Renamo ou guerra — são as causas do caos económico, mortes, fome e a crise de refugiados que assola o país".

O Governo moçambicano e a Renamo iniciaram as negociações de paz em 1990 e um protocolo foi assinado em Roma, ao abrigo do qual as duas partes acordaram em prosseguir com o processo de paz.

Entre as várias medidas contidas no protocolo, a Renamo comprometeu-se a não atacar as vias vitais de acesso ao mar (os corredores), enquanto o Governo moçambicano disponibilizou-se a não aprovar nenhuma lei que ponha em risco as negociações.

No entanto, as negociações de Roma não conseguiram suspender a guerra; a Renamo tem continuado com as suas investidas. No domingo último atacou o centro receptor das imediações da aerogare da Beira, centro do país, pertencente à empresa "Aeroporos de Moçambique" (ADM), e Dhlakama disse que aviões de guerra governamentais tentaram por várias vezes assaltar a sua base central de Gorongosa, na província de Sofala, também centro do país.

Na noite de terça-feira para ontem, elementos da Renamo assassinaram em Ndlavela, a sete quilómetros a norte de Maputo, três pessoas e feriram seis

outras. Entre os mortos contam-se dois irmãos cujos pais haviam sido assassinados também pela Renamo em Massingá, província de Inhambane.

O centro foi construído este ano ao abrigo de um acordo assinado entre os Governos moçambicano e britânico. "Que a guerra continue", disse Dhlakama; "não é grave, porque um cessar-fogo está à vista e depois a paz, democracia, respeito pelos direitos humanos e boa fé farão o resto", mas não explicou como isso acontecerá.